

O Estado e a transição em Mészáros: rompendo a camisa de força da democracia burguesa

Rafael Bellan Rodrigues de Souza*

“O ser humano é infinitamente maior que o cidadão
e a vida humana é infinitamente maior do que a vida política”

(Karl Marx - *Glosas críticas ao artigo*

“O rei da Prússia e a Reforma Social” de um prussiano).

Resumo:

Este artigo apresenta a contribuição do filósofo húngaro Istvan Mészáros para a compreensão do papel do Estado na transição socialista. Recuperando a tradição marxista de análise do poder político, o autor questiona os projetos revolucionários do passado, que demarcavam no campo da luta pelo poder estatal a estratégia de superação do capital. Com a expansão da crise estrutural do capital - complexo composto pela tríade: capital, trabalho assalariado e Estado - surge no horizonte possibilidades de um movimento de massas de novo tipo, focado em lutar, de forma extraparlamentar, pela constituição da sociedade dos trabalhadores livremente associados.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; Estado; socialismo; transição.

The State and the transition in Mészáros: breaking the straightjacket of bourgeois democracy

Abstract:

This article presents the contribution of Hungarian philosopher Istvan Mészáros toward the understanding of the role of the state in the socialist transition. Reviving the Marxist tradition of the analysis of political power, the author questions the revolutionary projects of the past, which demarcated in the field of the struggle for state power the strategy of overcoming capital. With the expansion of the structural crisis of capitalism - a complex composed by the triad of capital, salaried work and the State - possibilities emerge on the horizon for a mass movement of a new type, focused on extra-parliamentary struggle for the constitution of a society of freely associating workers.

Keywords: structural crisis of capital; the State; socialism; transition.

* Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara e professor da Universidade Federal do Amazonas, Parintins-AM, Brasil. End. eletrônico: rafaelbellan@yahoo.com.br

A robusta fonte de reflexões sobre o sistema (in)civilizatório em que vivemos, elaboradas pelo filósofo húngaro István Mészáros, está muito longe de secar. Os mananciais dos conceitos explicitados por esse discípulo de Lukács renovaram o marxismo neste início de século, articulando um esclarecedor estratagema dos novos caminhos de emancipação da classe trabalhadora. Um conjunto de ponderações em torno do modo de funcionamento daquilo que o autor denomina sistema de reprodução sociometabólica do capital está presente em sua vasta obra, coroada no já clássico do século XXI¹ *Para além do capital*. Um dos principais tópicos elaborados pelo autor centra-se no debate em torno do papel do Estado dentro desse sistema, entendido como uma esfera que possui uma homologia objetiva com a estrutura de reprodução material. Isso coloca em cheque as variadas estratégias de transição pautadas no domínio do Estado, algo que, para ele, freia as potencialidades efetivamente revolucionárias do trabalho na frente de batalha contra o capital.

Mészáros (2002) expõe as dificuldades do movimento socialista em se livrar das amarras do sistema parlamentar burguês, ressaltando que os trabalhadores devem se distanciar da postura defensiva até então em voga e assumir de vez uma linha ofensiva, com o objetivo de reestruturar de cima a baixo o tecido social. O teórico trata do bloqueamento de certos modelos de ação política conduzidos por muito socialistas no século passado, a saber, as políticas de consenso, estratégias de pleno emprego, expansão do Estado de bem-estar social etc., ou seja, a noção de que, por meio da participação no jogo democrático liberal, a sociedade capitalista poderia ser derrubada.

O filósofo decreta o fim do sistema de “melhorias relativas pela acomodação consensual”, mediação para o avanço das lutas sociais e, em um esforço luxemburguista, abre os caminhos da história para os trabalhadores de hoje. A superação da noção de que todo processo legítimo de mudança deve passar necessariamente pelo parlamento burguês aparece como o grande mérito de sua obra. O movimento de massas socialista deve ser estruturado como um movimento revolucionário extraparlamentar, até mesmo por que a esfera política estatal mostra-se um espaço de ação privilegiada do capital.

O fantasma soviético

A tragédia de nossos tempos é o descompasso entre as potencialidades objetivas da ofensiva socialista, inerentes à crise do capital, e a ausência de instru-

¹ O termo é de Maria Orlanda Pinassi (In: Jenkins e Nobile, 2011) e aponta, assim como dito sobre Lukács no século passado, a grandeza de Mészáros.

mentos políticos adequados para a missão de transformar essas potencialidades em realidade. Para isso, a necessária crítica do sistema soviético torna-se premente, e passa por um acerto de contas com Lenin, pois foi o fracasso da revolução mundial que truncou a estratégia bolchevique, cuja principal deturpação foi ter adotado uma postura defensiva ao extremo, evidenciando, em doses desesperadas, uma resistência inerte frente os ditames do capital.

A diferença entre revolução política e revolução social sempre foi bem compreendida por Lenin, mas foram os condicionantes históricos que jogaram as melhores expectativas de sucesso da experiência soviética na ingrata função de simples manutenção das forças socialistas, ou seja, a tentativa de assegurar uma base social para a verdadeira revolução ainda inédita. Stalin, por conseguinte, transformou a tarefa política defensiva do Estado soviético em modelo, fez “da miséria, virtude”, nos dizeres de Mészáros. Isso ocorreu porque, segundo uma das principais teses do filósofo húngaro, a União Soviética não conseguiu eliminar o capital como forma de reprodução do metabolismo social. A extração política de mais-valia, em um sistema em que o trabalho continuou subsumido ao capital, tornou a experiência soviética um desastre histórico, mesmo porque as personificações do capital faziam parte da estrutura das próprias fileiras desse movimento. Para uma melhor compreensão da análise realizada por Mészáros, precisamos ter em vista o seu entendimento sobre o sistema do capital. Ou seja,

(...) um sistema orgânico de reprodução sóciometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados (2004: 16).

As reformas elaboradas no centro da política institucional pouco adicionam ao projeto socialista. Mészáros (2002) esclarece que as “traições” dos partidos de características trabalhistas (o caso inglês em particular) - que quando chegam ao governo realizam um programa voltado à expansão do capital - não surgem como resultado do “caráter” dos líderes desses grupos, embora essa também seja uma variável comum, mas do fato irrefutável de que o capital é a força extra-parlamentar *par excellence*. As capitulações das iniciativas socialistas que adquirem vagas no parlamento nos mostram que essa esfera de poder não está isolada do metabolismo social, sendo parte da estrutura de funcionamento da ordem. “Com efeito, o Estado moderno, como constituído sobre o fundamento material do sistema do capital, é o *paradigma da alienação* no que concerne aos poderes de decisão abrangentes/totalizantes” (Mészáros, 2007: 289-290).

As concepções liberais sustentam a democracia institucional como um espaço neutro, que permite a discussão e aplicação de políticas voltadas ao bem-estar geral. Quando o movimento socialista se rende a este discurso ideológico, perde a capacidade de debater o vínculo orgânico existente entre a política e a reprodução material da sociedade. O corolário dos novos tempos dado pelo autor defende que “sem o estabelecimento de uma alternativa radical ao sistema parlamentar não pode haver esperança de desembaraçar o movimento socialista de sua atual situação, à mercê das personificações do capital que existem em suas fileiras” (2010: 15). Para combater a força extraparlamentar do capital, só a força extraparlamentar do trabalho, organizado em um movimento de massas renovado, última chance da humanidade frente ao seu momento mais crítico.

A crise e o Estado

As condições dadas pela crise estrutural do capital, em ação desde a década de 70, colocam a revolução socialista na ordem do dia. Isso porque objetivamente o capital alcança, de forma irrecuperável, seus limites estruturais e torna-se incapaz de deslocar suas contradições acumuladas, o que sempre o resgatou de suas crises cíclicas. Para Mézáros (2002), a crise estrutural manifesta-se em quatro temas principais. Primeiro, ela possui caráter universal, não se restringindo a uma esfera particular, como algum setor específico de trabalho, por exemplo. Em segundo lugar, o alcance da crise estrutural é global, não se limita a um número limitado de países. Terceiro, ela, mais do que cíclica, atinge uma escala temporal permanente, irrecuperável. Por último, em quarto lugar, a crise possui um desenvolvimento sub-reptício, rastejante, ou seja, entra em contraste com as alterações do sistema vistas no passado, embora reserve para o futuro grandes convulsões, dada a constante destruição dos aparatos de controle das contradições do capitalismo.

A crise inicia-se no pós-Guerra e intensifica-se a partir nos anos 70. Para o filósofo húngaro, essa crise estrutural é inseparável da ativação dos limites intransponíveis do capital, com as consequências mais destrutivas para o futuro. A política belicista dos EUA pode ser colocada como uma amostra do quão sombrio pode se tornar os dias vindouros.

A crise estrutural leva todo o corpo social a ter na crise a qualidade predominante da reprodução da vida cotidiana. Em todos os seus aspectos. Dos mais coletivos, como a desagregação dos centros urbanos e a militarização dos conflitos sociais, até os mais individuais. Os elementos de continuidade deixam de ser acumulação da riqueza; para ser a própria crise enquanto tal (Lessa, 2007: 104).

Mesmo se aprofundando cada dia mais, constatar a crise estrutural não nega o poderio da maquinaria desse sistema de metabolismo social, que encontra

constantemente formas de ampliar suas defesas. No entanto, o trabalho, como antagonista do capital, apresenta-se como a componente chave para a derrubada do sistema capitalista e da instituição, criadora, de um novo sistema metabólico de reprodução social. Ora, a tarefa revolucionária, em Mészáros, trata-se de uma construção societária elaborada pelos trabalhadores livremente associados, os sujeitos criadores de um novo sistema orgânico de sociedade, que tanto nos microcosmos até os seus complexos mais gerais, planifica uma nova sociabilidade, de onde pode emergir de fato a democracia.

Apenas com igualdade substantiva, não formal, como querem as instituições liberais, a autoconstituição da humanidade por ela mesma será cimentada. Nesse sentido, a igualdade formal dada no âmbito legal serve apenas como disfarce da opressão de classe e, mais, da subsunção do trabalho ao capital e da alienação da humanidade, afetada pelos sintomas da crise estrutural do capital. Recorrer ao jogo parlamentar acreditando ser ele o espaço mais adequado para a solução dos dilemas da classe trabalhadora é uma estratégia não só fadada ao fracasso, mas radicalmente embrenhada na personificação de novos agentes do complexo reprodutivo do capital. Mészáros aponta que

não há esperanças de melhorias na esfera dos efeitos enquanto se permitir que os determinantes causais do mundo real do capital sigam o seu curso estabelecido, o qual reproduz de forma estrutural os mesmos efeitos com gravidade cada vez maior e em escala sempre crescente (2010: 98).

O projeto socialista só pode se realizar com a constante elaboração e manutenção da consciência de massas socialista, bem como a articulação dos diversos projetos autônomos e pluralistas da revolução em andamento. Mesmo plural, o fortalecimento desse movimento deve se realizar por meio do empreendimento prático do engajamento em uma linha comum de ação possível. Esse movimento emerge do compromisso das forças participantes em combinar, num todo coerente, uma grande variedade de estratégias parciais que renovam os princípios socialistas e possibilitam as ações globais.

(...) o que apareceu claramente na agenda histórica é a necessidade e o potencial positivo de combinação de grupos de protestos multifacetados, inclusive os elementos radicais da esquerda tradicional e os milhões de desprezados do campesinato, em uma força emancipadora capaz de lutar conscientemente pela alternativa desejada (Mészáros, 2004: 51).

Assim, Mészáros condena a tentativa, comum no passado, de impor um controle direto sobre movimentos ligados às preocupações imediatas da vida cotidiana, em vez de ajudá-los a fortalecerem sua combatividade e autonomia.

O desenvolvimento da consciência de massas socialista depende, para ele, de uma organização capaz de projetar, no próprio bojo das mudanças materiais, a compreensão necessária de seu papel não só enquanto classe capaz de negar a ordem, mas também norteada a implantar, positivamente, um novo sistema de metabolismo social.

A linha de menor resistência de direcionar ao Estado os esforços da classe trabalhadora, em uma defensividade exacerbada, gerou no seio das perspectivas de transformação socialista um reformismo capaz de minimizar as potencialidades ameaçadoras do trabalho. A Esquerda busca encaminhar na esfera da gestão institucional as reivindicações dos movimentos sociais e organizações combativas, mas de fato ela passa a internalizar o papel de consentimento frente à ordem do capital. O desenvolvimento das forças produtivas passa a ser bandeira da máquina gerencial estatal, apaziguando a combatividade esperada àqueles que depositam suas fichas no papel de transição pela via institucional.

O dever de se opor à força extraparlamentar do capital aparece como um desafio histórico irrevogável, sob pena dos sintomas mais graves da crise estrutural do capital, como o desemprego estrutural, a destruição ambiental, a miserabilidade desenfreada e a ampliação do complexo militar-industrial, arruinarem qualquer possibilidade de sobrevivência humana em prazo não muito longo.

A alternativa necessária ao sistema parlamentar está em íntima associação com a questão da verdadeira *participação*, definida como autogestão plenamente autônoma da sociedade pelos produtores livremente associados em todos os seus domínios, muito além das restritas mediações (obviamente ainda necessárias durante algum tempo) do Estado político moderno (Mészáros, 2010: 16).

Como tanto o Estado como o capital possuem uma complementariedade na base material deve-se rejeitar sua caracterização como um espaço neutro de mediação para a solução das contradições orgânicas do sistema. A categorização do Estado como esfera reconciliadora entre os fragmentos produtivos, os antagonismos e conflitos existentes, impede a visualização dele enquanto agente em função da reprodução do capital, em que ocupa um papel na tríade que o sustenta.

Mészáros (2010) afirma que o Estado foi formado por meio da sua necessária “inter-relação recíproca” com a evolução histórica do capital, não apenas formado por ele, mas também possuindo um papel ativo na constituição do sistema do capital, assumindo a estrutura hierárquica de comando do complexo. Vale lembrar que para nosso autor, o sistema sóciometabólico do capital está fncado no tripé trabalho assalariado, Estado e o próprio capital e, sem a superação dessa tríade, não é possível o empreendimento socialista. Nesse sentido, o fenecimento do

Estado deve ser uma meta da ofensiva dos trabalhadores, já que esse aparato é incapaz de liquidar as forças do capital - diluídas naquilo que chamam de “sociedade civil” - como pólo estruturante de nossa sociedade alienada. Mészáros dilui expectativas sobre esse espaço. “Seria, portanto, ingenuidade extrema imaginar que o Estado capitalista pudesse entregar voluntariamente os poderes alienados de tomada sistêmica de decisão a qualquer ator rival que operasse dentro da estrutura legislativa do parlamento” (2010: 41).

Como o trabalho é o antagonista estrutural do capital, compartilhar a força com o capital, atuando no Estado burguês, é uma contradição imensa, a ponto de desapoderar as forças comprometidas com o socialismo. Somente a atividade autodeterminada dos produtores livremente associados pode articular de forma concreta a produção material, cultural e a política verdadeiramente democrática. É o poder automeiado desses sujeitos históricos o fundamental transformador das condições objetivas e subjetivas da alienação dada no interior do sistema, sendo os trabalhadores livremente associados o motor histórico e o instrumento político capaz de alcançar um resultado concreto em uma transição global rumo a sociedade emancipada. Ou seja, o Estado, como estrutura hierárquica de comando do sistema do capital, está direcionado, em sua expressão mais essencial, a preservar as condições de existência do sistema sociometabólico, o que faz com que o capitalismo dependa cada vez mais dele em sua lógica destrutiva.

(...) embora o Estado capitalista, visando ao desempenho de suas necessárias funções legitimadoras, possa introduzir corretivos parciais às deficiências dos processos materiais prevalentes, ele é absolutamente incapaz de produzir as alterações estruturais básicas, até em uma situação de crise grave. E é por isso que as forças que desejam uma mudança estrutural radical devem considerar a necessidade de descartar, em sua totalidade, a formação institucional do Estado (2004: 496).

Embora representantes dos trabalhadores possam minimizar certas tensões sociais, na ausência de um movimento que pressione essa estrutura de comando não há horizonte passível de mudança nas instituições governamentais. A perspectiva ontológica do filósofo húngaro não admite o reformismo. Sua tese da crise estrutural do capital demonstra as raízes fundantes desse sistema opressivo e a urgência da ofensiva socialista.

O papel de um movimento revolucionário extraparlamentar é duplo. Por um lado, tem de formular e defender do ponto de vista organizacional os interesses estratégicos do trabalho como uma alternativa sociometabólica abrangente. O sucesso desse papel só é plausível se as forças organizadas do trabalho confrontarem de modo consciente e negarem forçosamente, em termos práticos, as determinações estruturais da ordem reprodutiva material estabelecida (...). Ao mesmo tempo, por

outro lado, o poder político aberto ou oculto do capital, atualmente predominante no parlamento, precisa ser, e pode ser, desafiado – ainda que apenas em um grau limitado – por meio da pressão que as forças extraparlamentares de ação podem exercer sobre o legislativo e o executivo (Mészáros, 2007: 291).

As lúcidas afirmações do autor trazem uma missão que precisa ecoar entre os lutadores sociais: rearticular de forma radical o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional. A base concreta para tal intento foi montada com o desenvolvimento histórico e a espacialização global do capital, que anuncia materialmente uma estrutura de articulação internacional que, sem a organização consciente e respectiva construção da solidariedade global dos trabalhadores, perde sua contraditória potencialidade. A crise estrutural também abre brechas para esse internacionalismo, visto que há uma conjuntura de agudização de formas brutais e bárbaras de convívio social, em que se percebe um claro programa, por parte da burguesia, de resgate das concessões proporcionadas pelo Estado de bem-estar social. O capital não tem condição de manter o mesmo padrão de assistência às demandas dos trabalhadores disseminada na “era de ouro” de desenvolvimento do pós-guerra, pois, esbarrando em seus limites absolutos, ele torna sua incontornabilidade cada dia mais evidente. A estratégia de reestruturação radical da ordem existente passa pela ativação do trabalho como antagonista do capital, ou seja, somente a classe trabalhadora em nível global pode legitimamente universalizar uma forma diferente de regular o metabolismo social sobre a bandeira da igualdade substantiva.

Esse sujeito internacional da mudança histórica, contudo, não pode ser escolhido por decreto, pois só atingirá algum resultado positivo, no sentido de inserir praticamente os princípios reguladores de uma sociedade socialista, se “abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de se aglutinar em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequada” (Mészáros, 2004: 51). O movimento de massas socialista e extraparlamentar, baseado na igualdade substantiva, e não formal, entre o gênero humano, é tanto capaz de realizar a negação da ordem, quanto tem a missão histórica de articular, positivamente, um novo modo de produção, anunciando, desde já, as potencialidades da ordem dos trabalhadores livremente associados. O fencimento do Estado é parte inescapável desse projeto.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo.
- JINKINS, Ivana e NOBILE, Rodrigo (2011). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- LESSA, Sérgio (2007). *Lukács: Ética e Política*. Chapecó: Argos.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2010). *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MÉSZÁROS, István (2005). *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2009). *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares (2012). *Mészáros e a incontrollabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács.